

## GEOGRAFIA CRITICA E GEOGRAFIA FISICA: PARA ALEM DAS DICOTOMIAS

Vanda Caludino Sales

Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (Brasil)

### RESUMO

As concepções teóricas presentes no bajo da perspectiva analítica dos primórdios da Geografia Crítica geraram preconceitos de ordem político-ideológica no âmbito da ciência, que só recentemente começam a esvaneceremse. Um dos preconceitos recaiu sobre a polêmica físico/humano, resultando na exclusão dos estudos sobre o meio biótico e abiótico e, por extensão, da Geografia Física, da perspectiva da Geografia Crítica, impossibilitando com ismo as reflexões sobre o papel e o caráter dessa especialização. O momento atual indica uma outra situação, na qual há que se reconhecer a identidade e a necessidade da existência de uma Geografia da Natureza, para além das dicotomias.

A geografia que em meados de década de 70 nasce no Brasil com a denominação de Geografia Crítica, na esteira de um movimento renovador cujo grande “momento público” ocorreu durante a realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (AGB, Fortaleza, 1978), trouxe consigo, além da criticidade e do inquestionável avanço qualitativo na produção e reprodução do conhecimento geográfico, algumas distorções de natureza político- ideológica, que se difundiram amplamente na academia e no meio geográfico.

Extensa é produção acadêmica voltada direta e indiretamente para a demonstração desses avanços. As reflexões que apontam no sentido da realização de uma necessária crítica da Geografia Crítica avolumam-se na atualidade. E nessa direção que orientaremos as nossas considerações, sobretudo vinculando-as à clássica e irresolvida polêmica da unidade e dicotomia entre físico e humano na Ciência. É que entendemos que, nos marcos da Geografia Crítica, a posição da Geografia Física não se acha claramente definida.

As distorções presentes na Geografia Crítica apontam, na origem, para a concepção, contida no bojo de sua perspectiva analítica, de sinonímia absoluta entre criticidade e marxismo ortodoxo. Daí surge ainda o fetichismo estabelecido em torno da Ciência, que a dotou do “status” de ser o instrumento direto de transformação societária. Tais posturas ensejaram as avaliações de que “a Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra” (1), ou ainda “e a Geografia uma prática social referida ao espaço terrestre: pode ser de dominação, mas também de libertação...” (2).

Em ambas as citações, percebe-se que as colocações encerram a visão de que a Geografia condicionam as várias formas sociais de intervenção no espaço, e não de ser essa ciência apenas uma estratégia utilizada por certos segmentos sociais para a realiza dessa intervenção, isto é, de que a Geografia serve, antes de mais nada, para servir à guerra.

Um desdobramento contundente desse olhar recaiu sobre a polêmica natural/social na ciência, resultando no alijamento dos estudos de natureza física do âmbito de Geografia Crítica, sob o argumento da sua desimportância social e política e, principalmente, sob a suposta existência de compromisso apriorístico do pesquisador da área para com a sociedade de classes. A partir desse ideário, foi definido o rígido perfil do Geógrafo Crítico, com o que se renovou a discussão entre físico e humano na ciência. A renovação deu-se não apenas pela retomada da polêmica, na medida em que esta se põe à Geografia desde a sua infância, mas inovou também pela contonação presente na controvérsia, oposta, inversa mesmo à que histórica sempre orientou a sua trajetória.

Pois a Geografia nasceu física. Humboldt, sistematizando-a, dotando a conceito da unidade da natureza, oficializou esse seu caráter. Mas mal Humboldt publicava o seu “Cosmos”, em 1845, com a qual cumpriu a tarefa que cobrava por ser feita, já Ritter, contemporâneo seu, combatia essa Geografia pura, que recusava nela um lugar ao homen, e defendia a unidade entre o físico e o humano no âmbito da ciência.

Em que pese a importância de Ritter para o fortalecimento do caráter científico e autônomo da Geografia via formulações teóricas, a produção permaneceria ainda, por muito tempo, majoritariamente naturalista. É Ratzel, já em finais do século XIX que, com seu determinismo ambiental, repõe o homen no horizonte geográfico.

Em Ratzel, a unidade da Geografia surge como natural e óbvia. Pois Ratzel

“... viu os homens como realidades que cobrem parcelas da superficial terrestres, vivo revestimento, tão digno da observação do Geógrafo como o revestimento vegetal ou o repovoamento animal. Viu os grupos humanos desenvolvem-se sempre dentro dos limites de certo marco natural..., ocupando sempre, para se nutrirem, para crescerem, de certo espaço...” (3).

Essa naturalização da sociedade, dando logicidade inquestionável à reflexão unitária do espaço, inibiu a verdadeira análise dos processos sociais, prestano assim um grande serviço às aspirações imperialistas do Estado alemão, através do suporte fisolófico e científico. Nem mesmo Vidal de La Blache, ao questionar o determinismo de Ratzel, apresenta melhor proposta de análise, já que o faz na perspectiva de também favorecer a colonialismo, dessa feita em prol do Estado francês. La Blache formula considerações acerca da importância dos fatores naturais na organização da sociedade e do meio geográfico, o qual ocorreria, na sua visão, em função de “possibilidades”; com isso, centra a análise geográfica na relação entre o homen e o meio, adotando como fundamento teórico a concepção da existência de identidades, de individualidades próprias dos lugares, nos quais desenvolver-se-iam “gêneros-de-vida”. Dessa acepção, extrai-se novamente a idéia da unidade do pensamento geográfico, dessa feita por meio de uma relação, a qual na verdade representa uma tentativa de bloqueio ao desenvolvimento de lado

social (ainda que não do humano) da Geografia e das Ciências Sociais como um todo (4).

Os fracassos do Estado alemão na conquista da Europa trazem a censura e a perda do prestígio do determinismo, e o avanço das forças produtivas, da tecnologia e da expansão do imperialismo ofuscam as idéias possibilitadas. A Geografia desenvolve-se a partir de então, apesar de ou com o apoio de geógrafos ilustres como M. Sorre, Chorley, Hartshorne, Pierre George, em meio às Geografias Regional e Teórica e suas falsas verdades, que se sempre prontas a encobrir os reais determinantes presentes nas relações sociais e, portanto, na produção do espaço, a cada momento histórica. Para tanto, utilizou como instrumento o fomento às discussões de “caráter geográfico”, frequentemente expressas na busca da manutenção da unidade e, dado o afastamento cada vez maior de cada uma das vertentes do conhecimento geográfico, no questionamento da dicotomia, cuja ocorrência debilitou-se, sistematicamente, ao aprofundamento do social na Geografia.

De fato, tal aprofundamento ocorre, propiciado pela conjunção de uma série de fatores sucessivos, tais como a agudização das contradições sociais inerentes ao capitalismo, aliada à expansão da percepção dessa realidade face aos movimentos de protesto que eclodiram na década de 60 em vários pontos do mundo, bem como, em nível interno, à posterior sinalização de abertura política às liberdades democráticas no País. Assim, a análise do real concreto, por tanto tempo bloqueada na academia e, por extensão, na Geografia, encontra finalmente solo fértil para se desenvolver e dessa forma por em cheque a perspectiva analítica conservadora, fortemente arraigada na Ciência. Surge então, a partir dessa conjuntura e particularmente na academia brasileira, a denominada “Geografia Crítica”.

A Geografia Crítica vem colocar-se como um divisor de águas na ciência geográfica, rompendo com a sua produção acadêmica tradicional. Mas claro está que a Geografia Crítica não veio apenas para meramente questionar um viés acadêmico-científico. A Geografia Crítica, questionando o olhar geográfico posto exclusivamente sobre o produto da ação do homem no espaço, quis saber dos processos sociais que determinam esse produto, com o que projeta e seu olhar para própria sociedade, resgatando assim a finalidade primária da Geografia e, por extensão, de academia. Para tanto, introduz o discurso marxista na ciência, adota o método dialético como arsenal teórico-metodológico privilegiado da Geografia e elege como objeto de estudo um processo social, qual seja, a produção do espaço.

A prática sectária de parcela significativa dos geógrafos críticos acabou por transformar esse objeto, de processo, em elementos fixos do espaço produzido, em segunda natureza, em essência. Assim, da mesma forma que as concepções rousseauianas tornaram natural e visão unitária da Geografia, a Geografia Crítica, a partir do exercício da análise centrada, tornava lógico e inevitável a exclusão da Geografia Física, pela exclusão sumária da primeira natureza do seu horizonte de elaborações teóricas. Essa postura pode ser computada não apenas às limitações das posturas marxistas-leninistas, mas também à pretensa “neutralidade” dos geógrafos físicos, ainda à existência

concreta de uma separação entre sociedade e natureza no seio do modo-de-produção capitalista.

No primeiro caso, pode-se supor que o fato de Marx não ter tratado da natureza de “per si” na sua obra, nem tampouco ter realizado uma ontologizado natural (5), tenha induzido seus seguidores ortodoxos a não considerarem a possibilidade da importância social dos estudos da natureza. O cerne dessa visão, já amplamente questionada no meio acadêmico e político, é o de que a transformação da sociedade adviria naturalmente como resultado do desenvolvimento das forças produtivas e da ação revolucionária do proletariado. Caberia apenas reforçar a luta social- e aí estaria o papel da Geografia Crítica, para muitos aliás a única prática necessária- ficando todas as demais questões, tidas como secundárias, para ação posterior.

Assim, o centralismo presente na definição “crítica” das prioridades expandiu como energia suficiente o ceticismo em torno da necessidade dos estudos da natureza. Esse ceticismo adquiriu contornos bastante concretos no agir dos geógrafos críticos, a ponto de levar a que a AGB, canal privilegiado de circulação e debate de idéias, de fechasse à participação e presença dos geógrafos físicos. Evidentemente o rompimento estabelecido pela Geografia Crítica deu-se com o que de conservador e arcaico havia na Geografia, atingindo, portanto, todas as suas áreas e especializações, inclusive a relacionada ao meio natural. O equívoco foi desqualificar o objeto de pesquisa específico dos geógrafos físicos, e não, ao contrário, questionar os rumos da Geografia Física ou a postura dos produtores.

Assim é que comumente ouviram-se argumentações, em debates e em publicações, no sentido de avaliar que a Geografia não competia “lidar com areias”, com o que se buscava confirmar a desimportância do tema e a sua qualidade não geográfica, do que são exemplos as seguintes afirmações:

“... O Geomorfólogo é tido como Geógrafo. Esse cientista, que me perdõe a expressão, costuma usar o “status” é esse? E fica na ambigüidade também, porque não constrói uma epistemologia própria, uma metodologia própria... (6)

ou ainda de que

“... Corre um rio às margens do qual há solos férteis. Essas expressões são todas da Geografia Física. Se me permitem a expressão, Geografia Física faz parte de uma linguagem que temos de reformular...” (7)

A veemência presente nas formulações iniciais da Geografia Crítica, aliada ao fetiche estabelecido em torno da Ciência, impediu aos geógrafos críticos a compreensão de que a criticidade não se delineia claramente no objeto de pesquisa, mas antes objetivava-se pesquisador.

Nesse tocante, é inquestionável que a grande maioria dos geógrafos físicos utiliza o discurso da suposta neutralidade da ciência, sobretudo a neutralidade, face à natureza, dos seus objetos imediatos de reflexão, para relevarem a dimensão social do espaço geográfico. Esse fato fica bem evidente ao

constatar-se a não existência de questionamento por parte dos geógrafos da Geografia da Natureza com as demais ciências com as quais têm afinidade: a Geomorfologia passeia pela Geologia, a Climatologia, pela Meteorologia, a Biogeografia, pela Biologia, etc., sem que isso cause estupor. No entanto, a aproximação da Geografia Humana com a Sociologia, a História e o conjunto das Ciências Sociais enseja ainda uma forte reação por parte desses pesquisadores, o que denuncia o conservadorismo e o nível de descomprometimento desse setor para com a realidade social.

Por fim, há de se reconhecer os condicionantes estruturais que dificultam, e mesmo impossibilitam, a existência de uma unidade na Geografia, visto ocorrer uma dicotomia entre físico e humano, entre o social e o natural, externa à Geografia, posta que esta ao nível do cotidiano social. Pois a sociedade e a natureza acham-se separadas no mundo moderno. A natureza, na sociedade capitalista, nada mais é que um objeto, ou um domínio a ser conquistado e explorado para atender às necessidades do sistema produtivo, cujos interesses orientam o percurso o desenvolvimento das riquezas das nações.

Os geógrafos críticos, de certa forma, aperceberam-se desse divórcio, o que é evidenciado através da seguinte formulação:

“... a dicotomização do discurso não é um atributo exclusivo da Geografia; esta na própria lógica do discurso do capitalismo, de que o discurso geográfico é um desdobramento. Está na própria essência da filtragem ideológica do capital...” A Final, é próprio “sistema de ciências”, que se divide em “Ciências Humanas” e “ciências Naturais”... (8).

Mas a dicotomização, nesses termos, é visualizada apenas enquanto estratégia ideológica do capital – e não enquanto realidade estrutural- para cujo combate caberia a adoção de uma alternativa apta a descaracterizar o discurso dicotomizado. A solução foi apresentada incontinenti: exclusão da Geografia Física da reformulação crítica da ciência geográfica.

Essa pretensa solução, no entanto, acaba por colocar à Geografia Crítica uma armadilha construída por ela paradoxo de questionar por ela própria, qual seja, a de lidar com o paradoxo de questionar a visão ideologizada do capital através do reforço a um de seus desdobramentos, o da divisão das ciências em humanas e naturais. Esse paradoxo, que muita confusão gerou, foi fruto do esquerdismo absolutista que se rebateu na Geografia Crítica, o qual, demarcando o imprescindível e o desnecessário ao avanço das lutas sociais, tenta ajustar a realidade às formulações teóricas. Pois a Geografia Crítica não se apercebeu do fato de que, mais que um mero discurso, a dicotomização materializa-se inevitavelmente no cotidiano das populações. Longe de ser uma mera cortina de fumaça, é o motor da sociedade de classes, estando a final no cerne da questão da privatização da natureza, da propriedade da terra, da produção industrial, da alienação do homem pelo trabalho, de fatos, enfim, que a criticidade obrigatoriamente tornaria em categorias de análise. Tampouco atentaram os geógrafos críticos. Para o fato de buscar esconder essa realidade sob a motivação de transformá-la seria construir uma falácia, um falso projeto, sem base objetiva, exceto sob a ótica de vanguardas.

A impossibilidade de lidar com essa realidade concreta, da dicotomização, em todos os níveis, do dia-a-dia dos homens concretos, fomentou a idéia de exclusão da natureza do âmbito da Geografia. Com isso, eliminava-se a pândencia – pois o que fazer com ela?- enquanto pretensamente acumulava-se forças para a superação, segundo a concepção reinante, da se histórica transitória, inevitável, rumo à um novo e inexorável modelo de sociedade. Tal postura, na verdade, acabava por renegar as imposições e determinações históricas presentes no agir social, cuja apreensão foi tão cobrada aos setores mais conservadores da Geografia e da sociedade.

Eis portanto, as motivações básicas que, ao nosso ver, se achavam presentes nos primórdios da Geografia Crítica, no tocante aos estudos da natureza. Expondo-as, não encaminhamos a defesa da tesa da unidade, pois que a realidade se impõe, e não há como ajustá-la à ciência. Parece-nos, ao contrário, ter chega do a hora, talvez até tardia, de assumir-se, sem o contrangimento realizar um “desserviço” à Geografia, nem tampouco uma consessão à Geografia, nem tampouco uma consessão à criticidade, a existência- e necessidade desta, garantia da possibilidade de uma verdadeira apreensão do real concreto – de uma Geografia da natureza ou, para utilizar a linguagem com a qual a questão se põe, de uma Geografia Física e de uma Geografia Humana (9).

A conceição da existência de uma Geografia Física e de uma Geografia Humana, parece-nos, nenhum “sacrifício” impõe à ciência, na medida em que a dicotomia coloca-se à Geografia mas não é Geografia mas não é Geográfica, é social. Tampouco e Geografia perde a sua essência nessa acepção, pois sejam os fatos sociais ou naturais, este materializam-se no espaço, ou são a sua concretude primária.

Assumindo-se o objeto de estudo da Geografia como sendo o espaço e a sua produção, a presença de estudos de ordem física e social é justificável. Pois a realidade é dicotomia mas é uma totalidade, isto é, decompor essa realidade para fins de investigação é, afinal, próprio do método científico.

Por outro lado, reconhecer a existência de uma entidade própria à Geografia Física, que se insere na identidade geográfica global, não significa postular a neutralidade dos geógrafos físicos, ou o descompromimento destes para com a realidade social. Parece-nos que essa não é uma qualidade requerida aos geógrafos físicos, ou o descomprometimento destas para com a realidade social. Parece-nos que essa não é uma qualidade requerida aos geógrafos físicos, ou o descomprometimento destes para com a realidade social. Parece-nos que essa não é uma qualidade aos geógrafos físicos em particular, mas sim à academia, aos pesquisadores, aos cidadãos enfim, na medida em que a ideologia da neutralidade faz parte da cultura dominante no seio das sociedades e é ela á ela que a criticidade se opõe. Assim é que não se cobra uma Matemática Crítica, uma Química Crítica, uma Física Crítica, etc., senão a criticidade e a ética de seus produtores.

Existindo, pois, uma realidade diferenciada entre o social e o natural e não apenas na conformação atual, mas na própria dinamicidade: uma histórica, outra evolutiva – a metodologia de pesquisa impõe a necessidade da realização individualizada de estudos de natureza física e humana e, a partir daí, a adoção de métodos de análise diferenciados. A dialética é a lógica das contradições, das indeterminações, das contingências, do que é, enfim, social. Estudar essa realidade social significa penetrar em uma dimensão da qual o pesquisador é parte integrante, na qual interpenetram-se sujeito e objeto. No domínio das ciências naturais, há uma exteriorização total do objeto em relação ao sujeito; mesmo que este não esteja absolutamente aparente, cabe aplicar hipóteses, quantificações, técnicas de mensuração, etc., visando cercá-los. Os estudos da natureza comportam por excelência, as análises de caráter geosistêmico.

As tentativas que apontam para a busca da unidade de ciência ou do método científico indicam as práticas, conscientes ou não, do positivismo, estas sim, um desserviço ao conjunto da sociedade.

Nem mesmo a ascensão da problemática ecológico-ambiental, ao contrário do que frequentemente se supõe, põe em xeque a existência de uma Geografia da Natureza “pura” ao mesmo a especificidade da Geografia Humana. É corrente a ponderação de que, uma vez transformada, a natureza perderia o seu caráter processual, em função do que as pesquisas básicas na área das Geociências deveriam ser substituídas pela investigação do meio-ambiente na sua integridade, com as dimensões natural e social obrigatoriamente conjugadas.

Mas os sistemas naturais, em que pese as alterações a que vêm sendo expostos, permanecem com a sua dinâmica regida pelas mesmas leis naturais a que se submetem os ambientes não humanizados (10). Assim, a ocupação de toda a superfície da terra por formas diversas de produção do espaço representa apenas, do ponto de vista natural, uma ruptura das relações existentes entre os elementos do meio, o que propicia, de imediato, a busca de um novo equilíbrio dinâmico, baseado agora em novo arranjo ambiental. As alterações advindas dessa ocupação obviamente implicam em perdas, que se concretizam em termos de qualidade do meio natural e de qualidade de vida das populações, uma vez que por trás de cada paisagem há uma dinâmica social que a determina mas há também uma dinâmica natural que a qualifica.

As idéias da existência de um único estado de equilíbrio natural, perfeito, harmônico, passível de ser irreversivelmente eliminando a partir de usos e ocupações do meio ambiente, nada mais é que sintoma da visão idealista e romântica da natureza é o resgate da miragem naturalista, que considera natural apenas o que se faz exclusivamente sem a presença do homem (11)- que o capitalismo na atualidade, com sua “Indústria da Preservação”, tão bem retribuiu, transplantada sem mediações para a academia, tem aplicações epistemológicas de fundo, por evocar o postulado da natureza imutável, não evolutiva, paradigma que o avanço da ciência há muito fez por ser abandonado.

Não há, portanto, suporte teórico para a pretensa inexorabilidade da realização de uma análise holística, do espaço geográfico, como resultado da crescente alteração do meio natural. O suporte se coloca, más e de ordem subjetiva, ou ideológica: a visão holística busca na ascensão da problemática ambiental um acontecimento que, para a Geografia, terias as dimensões e o porte da queda do muro de Berlim. Não é por acaso que abordagem vem sendo preferencialmente adotada em meios adversos á diversidade, nos quais se busca uma unidade onde ela efetivamente não pode estar. Mas é também expressão do imaginário, bálsamo para os naufragos da excessiva fragmentação das esferas da sociedade moderna, com o que se pretende recriar, em tese, o que a realidade expões com antítese.

Contrariamente, as pesquisas na área das ciências da terra, antes de se diluírem em meio à humanização global da natureza, ampliam-se em perspectivas. Essas perspectivas não se limitam apenas ao aspecto pragmático e corporativista da expansão do campo de atuação profissional, mas vinculam-se sobretudo à necessidade premente de desenvolvimento do conhecimento da dinâmica alterada dos sistemas naturais, um ave que a natureza efetivamente encontra-se submetida a uma desordem processual de dimensões consideráveis, que pode vir a expor o sistema planetário em escala global ou regional e local, a situação sócio- ambientais cada vez mais complexas. A final, não são fição o dados divulgados sobre a perda anual de milhares de toneladas de solos agriculturáveis no mundo inteiro, a crescente poluição das águas oceânicas e continentais de superfície e subsolo, as alterações físico- químicas da atmosfera, o empobrecimento da biodiversidade, a contaminação química do ar, do solo, da água e dos alimentos, a proliferação de nichos artificiais insalubres, o cúmulo de lixo, o desconforto ambiental, a deterioração biológica das populações, a generalizada do sistema produtivo.

Más, obviamente, a questão ambiental coloca-se á Geografia com toda a sua pluralidade e importância, vindo mesmo a representar mais uma dimensão - a totalitária- da abordagem geográfica, a rigor a única a possibilitar concretamente a análise unitária do espaço. Pois, por ser a questão ambiental o resultado da relação da sociedade com natureza, è um produto totalidade, que encerra uma idéia de unidade- não unidade soma de iguais, maiôs unidade síntese de diversidade, por ser síntese, a investigação da problemática ecológico/ sócio- ambiental não permite, na sua consecução, abordagem de “per si das dimensões social e natural que compõem o espaço, mas tão somente o seu aspecto relacional e dialético.

De forma mais explícita diríamos que, independentemente da escala de análise, caberiam três abordagens do espaço geográfico: uma física, uma humana e uma ambiental.

Em termos de abordagem física, o momento atual impõe uma nova postura frente a até então denominada “ação antrópica”. São tantas as ordens de alterações resultantes de tecnologias modernas que convivem com outras advindas que técnicas e práticas tradicionais; processos erosivos associados com processo de contaminação e poluição, aterações qualificadamente diferenciadas no campo e na cidade, etc. etc., que não cabe mais, se é que



algum dia coube, o generalismo da “visão antrópica” para explica-las: e necessário descer alterações para atendê-las, monitora-las, reverte-las enfim, o que significa dizer ser urgente a produção de uma “Geografia Física Crítica”.

Do ponto de vista da abordagem humana, isto é, social, a onipresença da problemática ambiental exige de seus produtores a assimilação da existência da dimensão natural do espaço geográfico. Tal fato aos poucos vem ocorrendo, mais ainda é digno de registro a dificuldade que cerca a aceitação da presença (e da importância enquanto objeto de estudo) de uma dinâmica da natureza, dificuldade talvez até potencializada na atualidade pelo ângulo exclusivista e limitante dos primeiros postulados da Geografia Crítica, mas pelo sim pelo novo equívoco da pretensa diluição das duas dimensões do espaço geográfico e meio à problemática ambiental.

Por fim, uma última arquição, desnecessária talvez, mas conclusiva: é a Geografia, a final, uma ciência social?.

Eis aí uma questão trivial e de somenos importância, ainda que reste o lado prático, burocrático, da realidade. É necessário classifica-la, a título de ordenação, de hierarquização, de definição da qualidade do saber: as agências financiadoras de pesquisas o exigem, a burocracia o exige, a própria curiosidade leiga também. A pergunta tem resposta imediata. A Geografia é, sim, uma ciência social. O fato de ter no seu universo de produção e reprodução de conhecimento as dimensões social e natural não a desautoriza enquanto tal, pois que são dimensões de uma mesma totalidade, o espaço social, sobre cuja produção a Geografia se debruça. A final, é próprio do método científico realizar, para fins de análise, a compartimentação do todo, bem como a reintrodução dessa subtotalidade, para fins de síntese, na totalidade original. Ao geógrafo tal vez falte o exercício e a prática dessa segunda etapa.

## **NOTAS**

(1) LACOSTE, 1988. Na verdade, o ortodoxismo apregoado à Lacoste, deve-se mais à opção teórica dos divulgadores de sua obra no Brasil que as concepções contidas nessa obra, apesar do seu sugestivo título.

(2) Citação anônima constante em MORAES E COSTA, 1981. mas a frase é encontrada em LACOSTE (1988:73)

(3) Apud SODRÉ, 1982:50.

(4) Apesar disso, convém atentar para o fato de que tal forma de abordagem possuía até certo ponto razão de ser, na medida em que, anteriormente à expansão imperialista e à predominância do modo-de-produção capitalista, a natureza e o homem, se não se encontravam estruturalmente separados. SEABRA (1985) salienta que até hoje caberia para alguns espaços onde as sociedades se relacionam com a natureza através de técnicas pouco desenvolvidas e sem acentuado nível de complexidade, a aplicação da criação de definição de “gêneros-de-vida” e da relação homem/meio (em contrapartida à

relação sociedade/natureza). Mas SODRE (1982) trabalha essa idéia das repetidas tentativas de cerceamento ao desenvolvimento crítico das ciências sociais na academia em fins do século XIX.

(5) Fato evidenciado por vários autores, á exemplo de SCHIMDT, 1976, BIOLAT, 1977, DUARTE 1986, inclusive geógrafos como QUAINI 1979 e MORAES, 1985. Contudo Marx, mencionado a História da Ciência, conclui dividindo-a em história da natureza e história da sociedade. Estabelece assim dois domínios bem distintos da investigação científica, embora trafeque exclusivamente por um deles.

(6) MOREIRA, 1980.

(7) MOREIRA, op. Cit.

(8) MOREIRA, 1982: 202

(9) Alguns geógrafos vêm há certo tempo apresentando essas ponderações: SEABRA (op. Cit., 16) realiza uma reflexão sobre a temática, apontando a possibilidade da existência de duas Geografias, pelo argumento de ser a unidade síntese de diversidade; nessa leitura, apreende-se ainda idéia de que paulatinamente a dicotomia cedeira lugar a unidade, pela crescente humanização dos espaços naturais, paralelamente á ascensão da questão ambiental, para cuja abordagem seria necessário uma visão unitária do espaço. VESENTINI (1989:6), em rápido questionamento às tentativas de busca de unidade, afirma a existência de duas Geografias, resultantes da divisão estrutural entre sociedade e natureza no mundo atual, mas não entra no mérito da questão. MENDOÇA (1989) elabora uma série de avaliações importantes sobre os geógrafos físicos e seu alheamento às questões sociais, reportando-se à metodologia de pesquisa em Geografia Física e em Geografia Humana, à relação físico- Humano na Ciência, reconhecendo a diversidade da espacialização do social e do natural, mas defende a unidade do pensamento geográfico, sob o argumento de uma “Geografia Global”. A grande maioria dos pesquisadores, no em tanto, prefere calcar-se ou desconhecer a questão publicamente, embora a tratem, sobretudo os geógrafos físicos, nos “corredores”. A importância do tema, evidentemente, não está a exigir a manutenção da polêmica, pois questões mais sérias se colocam para a Geografia. O fato de não ser efetivamente discutida até então, só houve um veredicto, lançado pela Geografia Crítica, o qual, embora já relativamente ultrapassado, só ensejou uma reflexão mais fundamentada por parte dos geógrafos físico, no caso, as apresentadas por MENDOÇA (pó. cit.) – possibilita dúvidas, interrogações, manipulações, retornos eventuais aos excessos da postura “crítica” ou aos anteriores a esta, obstaculizando assim o avanço do conjunto da ciência.

(10) A erosão acelerada dos solos, por exemplo, é ainda realizada pela ação do escoamento superficial- um processo natural que passa a ter por atividade como desmatamento.

(11) Idéia desenvolvida por Rosset, 1989.

(12) Esse trabalho é uma síntese do capítulo inicial do Relatório de Dissertação de Mestrado, desenvolvido como bolsista do Programa de Capacitação de Docentes da CAPES.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

BIOLAT, G. "Meio – ambiente e Marxismo" Ed. Seara Nova, Portugal, 1977.

DUARTE, R. A. "Marx e a Natureza em O Capital". Ed. Loyola, SP, 1986.

LACOSTE, Y. "A Geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra" Ed. Papyrus, SP. 1989.

MENDOÇA, F. "Geografia Física: Ciência Humana?" Ed. Contexto, SP, 1989.

MORAES, A. C. R. "Geografia: Pequena História Crítica". Ed. Hucitec, SP. 1986.

MOREIRA, R. Debates na Geografia IN "Cadernos do IUPG, SP, 1980".

MOREIRA, R. Geografia, Ecologia, Ideologia: a totalidade Homem/meio hojel,  
IIN MOREIRA, R. (Org.) "Geografia: Teoria e Crítica", Ed. Vozes, RJ, 1981.

QUAINI, M. "Geografia e Marxismo". Ed. Paz e Terra, RJ. 1979.

ROSSET, C. "A antinatureza". Ed. Cira das Letras, SP, 1989.

SALES, V. C. C. "Natureza e Ambiente na Cidade de Fortaleza, Ce". Relatório de Dissertação de Mestrado, USP, 1990.

SEABRA, M. F. Geografia(s)? IN "Revista Orientação Nº 6, IG/USP", outubro de 1984: 9-17.

SCHIMDT. A. "El concepto de Natureza em Marx" Ed. Siglo Veintiuno, México, 1976.

SODRE, N. W. "Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia" Ed. Vozes, RJ. 1982.

VESENTINI, J. W. "Geografia, Natureza e Sociedade". Ed. Contexto, Sp. 1989.